



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELACI - 2024

Emitente: Controladoria da Câmara Municipal de Aracruz

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Aracruz

Gestor responsável Atual: Jean Carlo Gratz Pedrini

Exercício: 2024

1. Introdução

As atividades de controle interno da Câmara Municipal de Aracruz foram definidas com base no Plano Anual de Auditoria Interna de 2024 - PAAI, bem como nas Instruções Normativas que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo do Município de Aracruz. As ações foram pautadas levando em consideração o interesse público, a razoabilidade e proporcionalidade e as possibilidades técnicas disponíveis.

Visando atender ao máximo as sugestões do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, em sua Instrução Normativa N° 68/2020, foram realizadas ações de verificação em alguns dos Pontos de Controle que dizem respeito aos Itens de abordagem prioritárias e complementares constantes na Tabela Referencial 1 da referida IN. A seleção dos pontos considerou as peculiaridades do Poder Legislativo Municipal e as possibilidades do Controle Interno.

A seguir, os pontos de controle verificados.

Obs.: O código é o compatível com a Tabela Referencial 1 da IN TC 68/2020.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos/Doc. analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	148, 158, 194, 264, 278, 294, 426, 878, 1158, 1194, 1706, 1723, 1206, 1479, 1619, 2266, 2273, 2306, 2309, 2333, 2363, 2406	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	181	22
1.2.2	Despesa – realização	117, 253, 384, 591, 829, 1131,	CF/88, art. 40. LRF, art.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das	13	13



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

	sem prévio empenho	1351, 1642, 1894, 2216, 2579, 2907, 2870	69. Lei 9.717/98, art. 1º. Lei 8.212/91, Lei municipal nº 4549/2022	contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referente às alíquotas normais e suplementares.		
1.2.4	Retenção/Repas se das contribuições previdenciárias- parte servidor	117, 253, 384, 591, 829, 1131, 1351, 1642, 1894, 2216, 2579, 2907, 2870	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/98, art. 1º. Lei 8.212/91	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	13	13
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade e com inventário.	BALPAT; TERIMO; TERINT; TERMOV; INVIMOV; INVMOV; INVINT; INVALM;	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96. NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único item 7, 8, 9, 15, 16 e 18.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	08	08
1.3.3	Disponibilidade es financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Extratos: CEF; BANESTES; Banco do Brasil	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	03	03
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	1057, 1136, 231, 1827, 2254, 2690, 1668, 4, 758, 569, 256, 127, 953, 717	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	14	14
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	RGF; RCL; Dem. Desp. Pessoal	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	03	03
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	Lei 4.676/23	LC 101/2000, inciso II do art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	01 (Lei Mun. Nº 4.676/2023)	01
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	RGF; RCL; Dem. Desp. Pessoal	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	03	03
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação	RGF; RCL; Dem. Desp.	LC 101/2000, art. 23 c/c	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite	03	03



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	do limite – providências / medidas de contenção	Pessoal	CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.		
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	RGF; Pub. Sistema Cidades (RCL e Gastos Totais)	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	02	02
1.4.17	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação	Ficha Financeira; Leis Nº 3.608/20212; 4.457/2022; 11.766/2022	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	04	04
1.4.18	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores pagamento	Ficha Financeira; Leis Nº 3.608/20212; 4.457/2022; 11.766/2022	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	04	04
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração vereadores	Receita Total; Ficha Financeira	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	02	02
1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total	RGF; Pub. Sistema Cidades (RCL e Gastos Totais)	CRFB/88, art. 29- A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29- A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	02	02
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Leis nº 4.677/2023, Decretos números 45625, 46131, 46484, 46695, 46746, 46823, 46989, 47304, 47432, 47449, 47589, 47601 DEMCAD;	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	14	14
2.2.31	Despesa liquidação.	148, 158, 194, 264, 278, 294, 426, 878, 1158,	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63	181	22



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		1194, 1706, 1723, 1206, 1479, 1619, 2266, 2273, 2306, 2309, 2333, 2363, 2406		da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.		
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	148, 158, 194, 264, 278, 294, 426, 878, 1158, 1194, 1706, 1723, 1206, 1479, 1619, 2266, 2273, 2306, 2309, 2333, 2363, 2406	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	181	22
2.3.5	Cancelamento de Passivo	BALVER mês 13, Razão da contabilidade	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade e NBCTSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	02	02

2. Auditorias e outros procedimentos realizados

Segue a demonstração dos resultados decorrentes dos procedimentos realizados.

Obs.: O código é o compatível com a Tabela Referencial 1 da IN TCEES Nº 68/2020.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.2	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto. Foram verificadas oportunidades de melhorias nas rotinas, as quais foram recomendadas.	a) Necessidade de conferencia quando a anexação das cópias das notas de liquidação e demais documentos que compõem os processos de pagamentos mensais. b) Necessidade de explicações dos motivos das anulações referentes os documentos que compõem os processos de pagamentos.	Processo em andamento.
1.2.2	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto. Foram verificadas oportunidades de melhorias nas rotinas, as quais foram recomendadas.	Não se aplica	Processo em andamento.
1.2.4	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto. Foram verificadas oportunidades de melhorias nas rotinas, as quais foram recomendadas.	Não se aplica	Processo em andamento.
1.3.1	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram	Recomendação: que os registros dos trabalhos de inventários sejam protocolados e realizados em	Processo em andamento.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

	detectadas distorções em relação ao ponto.	processos correspondentes ao ano de realização.	
1.3.3	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.3.7	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.4.7	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.4.9	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.4.10	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.4.11	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.4.13	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.4.17	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.4.18	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.4.19	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
1.4.20	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
2.2.13	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto.	Não se aplica.	Processo em andamento.
2.2.31	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto. Foram verificadas oportunidades de melhorias nas rotinas, as quais foram recomendadas.	a) Necessidade de conferencia quando a anexação das cópias das notas de liquidação e demais documentos que compõem os processos de pagamentos mensais. b) Necessidade de explicações dos motivos das anulações referentes os documentos que compõem os processos de pagamentos.	Processo em andamento



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

2.2.32	Considerando somente os documentos analisados e as informações colhidas, não foram detectadas distorções em relação ao ponto. Foram verificadas oportunidades de melhorias nas rotinas, as quais foram recomendadas.	a) Necessidade de conferência quando a anexação das cópias das notas de liquidação e demais documentos que compõe os processos de pagamentos mensais. b) Necessidade de explicações dos motivos das anulações referente os documentos que compõe os processos de pagamentos.	Processo em andamento

3 – Outras Atividades desenvolvidas pelo Controle Interno

Além das atividades supracitadas, foram desenvolvidas outras atividades que visaram o aprimoramento do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal. São estas:

Principais Atividades do Controle Interno
Participação no curso de Prestação de Contas Anual. Controle Interno – Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI.
Participação no curso “O Controle Interno da Administração Pública” promovido pelo TCEES.
Elaboração do PAAI (Plano de ação e auditoria interna) 2024.
Revisão da INSTRUÇÃO NORMATIVA SSG Nº 02/2013, que disciplina os procedimentos para uso, guarda, conservação e manutenção de veículos da Câmara Municipal de Aracruz.
Análise e manifestação nos processos de multas de trânsito, para verificação do cumprimento do § 1º do art. 22 da IN 02/2023.
Recomendação por meio do processo 536/2024 à Secretaria Geral referente aos processos de multas.
Recomendação para readequação do Ato de pagamento de diárias.
Análise de manifestação em processos de pagamento encaminhado pelo setor de informática.
Análise de manifestação em processos de pagamento encaminhado pelo setor de contratos.
Verificação de Adequações Portal da Transparência CMA.
Atendimento a demandas internas e aos órgãos de Controle Externo.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

4 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG

Não foi realizada Tomada de Contas Especiais de ofício, bem como não houve determinação do TCEES para tanto.

Aracruz, 26 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente



JORGE MOROSINI CALDEIRA

Data: 26/03/2025 09:46:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Confeccionado com a colaboração de
Jorge Morosini Caldeira -
Auditor de Controle Interno

Documento assinado digitalmente



ANDRESSA PARANHOS POLESİ CELESTINO

Data: 26/03/2025 09:57:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andressa Paranhos Polesi Celestino
Controlador da Câmara Municipal de Aracruz